



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 078, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
1986	21/08/23	AB

Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em sessão realizada no dia 11 de setembro de 2023, aprovou Projeto de Lei nº 078/2023, de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

b) *Que se encontrem em efetivo funcionamento, no âmbito do Município, há pelo menos um ano;”*

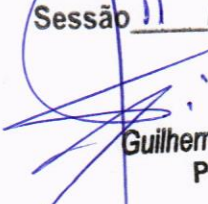
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 21 de agosto de 2023.


ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI

Vereadora/PSD

APROVADO
Em única Discussão por 15 par.
Sessão 11 / 09 / 20 23.


Guilherme de S. Gomes
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

Nobres colegas,

O presente Projeto de Lei visa promover uma alteração nos requisitos para a obtenção da declaração de utilidade pública e interesse social para entidades, sociedades civis, associações e fundações, enquadradas no âmbito do terceiro setor, a fim de agilizar e simplificar o processo, possibilitando que tais organizações exerçam suas atividades de forma mais eficiente e ágil em prol do desenvolvimento local.

As organizações do terceiro setor desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar social, na mitigação de desigualdades e no fomento ao desenvolvimento comunitário. Muitas vezes, essas instituições enfrentam dificuldades burocráticas que podem retardar a obtenção da declaração de utilidade pública e interesse social, essencial para a captação de recursos e a realização de projetos em benefício da sociedade.

Ao reduzir o período de efetivo funcionamento necessário para a obtenção dessa declaração de 3 anos para 1 ano, a proposta visa ampliar o acesso ao reconhecimento legal, permitindo que organizações que já tenham demonstrado em curto prazo sua capacidade de impactar positivamente a comunidade sejam beneficiadas de maneira mais rápida e eficaz. Essa mudança visa incentivar o surgimento e crescimento de novas iniciativas, favorecendo a diversificação das ações voltadas para o desenvolvimento local.

A agilidade na obtenção da declaração de utilidade pública e interesse social não apenas facilita o acesso a recursos, doações e parcerias, mas também contribui para a melhoria do ambiente de negócios sociais, incentivando o investimento privado em projetos voltados para a responsabilidade social corporativa. Além disso, tal medida é condizente com uma visão moderna de regulação que valoriza a agilidade e a adaptação às dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas.

Em resumo, a redução do requisito de efetivo funcionamento para a obtenção da declaração de utilidade pública e interesse social no âmbito municipal para entidades do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

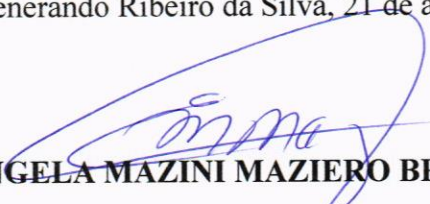
PODER LEGISLATIVO

terceiro setor é uma medida que busca fomentar a inovação social, fortalecer a atuação das organizações locais e estimular a colaboração entre os setores público e privado em prol do desenvolvimento sustentável e do bem-estar da comunidade. Acreditamos que esta alteração contribuirá significativamente para o progresso de nossa cidade, fortalecendo os valores democráticos e solidários que sustentam nossa sociedade.

Certos da importância desta proposição, colocamo-nos à disposição para debater e aprimorar o projeto, visando sempre o interesse público e o avanço das políticas voltadas ao terceiro setor em nosso município.

Desta forma, peço apoio aos Nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 21 de agosto de 2023.


ELISÂNGELA MAZINI MAZIERO BREGANOLI
Vereadora/PSD



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567
Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

LEI Nº 4.458, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Disciplina os requisitos para declaração de utilidade pública e interesse social no Município de Mococa.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO, Prefeita Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 08 de dezembro de 2014, aprovou Projeto de Lei nº. 051/2014, de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - As entidades, sociedades civis, associações e fundações que atuem no âmbito do Município somente poderão ser declaradas de utilidade pública e interesse social se comprovados os seguintes requisitos:

- a) Que tenham Personalidade Jurídica;
- b) Que se encontram em efetivo funcionamento, no âmbito do Município, há pelo menos 03 (três) anos;
- c) Que os cargos de suas Diretorias, assim como membros dos Conselhos Fiscais, Deliberativos e Consultivos não são remunerados e que não há distribuição de lucros;
- d) Idoneidade Moral de seus Diretores;
- e) Demonstrativos das receitas e despesas dos últimos 02 (dois) anos.

Art. 2º - Para efeitos das letras "a" usque "e" do artigo 1º desta Lei, a comprovação documental se dará através de:

- a) Personalidade Jurídica, através do Estatuto Social devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca sede, bem como comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e Ata de Eleição ou Constituição da Diretoria;

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

GABINETE DA PREFEITA

Praça Marechal Deodoro, 44 - Centro - Mococa - São Paulo
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567
Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

LEI Nº 4.458, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

b) Efetivo funcionamento através de 03 (três) declarações, firmadas por no mínimo 03 (três) Autoridades Públicas no âmbito do Município;

c) Declaração de que os membros da Diretoria não são remunerados, bem como seus respectivos Conselhos, através de Declaração firmados por Contador responsável, devidamente inscrito no CFC - Conselho Federal de Contabilidade ou CRC - Conselho Regional de Contabilidade, sendo dispensável caso exista previsão expressa no Estatuto Social ou outro ato de constituição;

d) Idoneidade moral de seus diretores comprovada por meio de Atestados e Certidões de Antecedentes Criminais dos mesmos.

e) Demonstrativo das Receitas e Despesas através de Balancete Fiscal, devidamente publicado em órgão da imprensa local ou de ampla divulgação.

Art. 3º - A Declaração de Interesse Social e Utilidade Pública terá validade por prazo indeterminado, podendo o Poder Público, a qualquer tempo e fundamentadamente, exigir nova comprovação dos requisitos previstos no Art. 1º.

Art. 4º - Será revogada a Declaração de Interesse Social e Utilidade Pública Municipal caso a Entidade não atenda os objetivos previstos em suas normas estatutárias ou, ainda, na hipótese de infração à quaisquer dos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 18 de dezembro de 2014.

MARIA EDNA GOMES MAZIERO
Prefeita Municipal



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº 181 /2023

PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO

DESPACHO

Nos termos do art. 78, inciso I, alínea “a”, e inciso IX, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara, encaminho a presente propositura às Comissões de Constituição, Justiça e Redação para análise quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, e de Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosos, para exame de mérito.

Câmara Municipal de Mococa, 21 de agosto de 2023.



PAULO SÉRGIO MIQUELIN
Presidente em exercício



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PROCESSO Nº 389 /2023

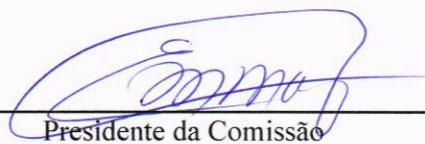
PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 23 / 08 / 2023.

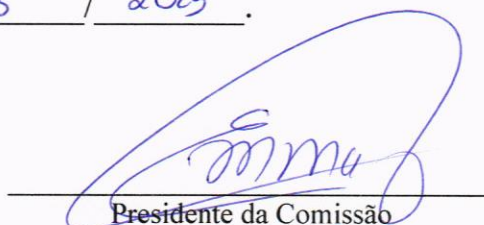
PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 23 / 08 / 2023.


Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Paulo Sérgio Miquelin.

DATA DA NOMEAÇÃO: 23 / 08 / 2023.


Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PROCESSO Nº 181 /2023

PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 23 / 08 / 2023.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 30 / 08 / 2023.

Relator



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS**

PROCESSO Nº 583 /2023

PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO

RECEBIMENTO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO

DATA DO RECEBIMENTO: 21 / 08 / 2023.

PRAZO P/ NOMEAR O RELATOR ATÉ: 23 / 08 / 2023.

Presidente da Comissão

NOMEAÇÃO DE RELATOR

NOME: Adriana Batista da Silva.

DATA DA NOMEAÇÃO: 23 / 08 / 2023.

Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO DE DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS**

PROCESSO Nº 181 /2023

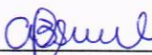
PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIO

RECEBIMENTO PELO RELATOR

DATA DO RECEBIMENTO: 23 / 06 / 2023.

PRAZO P/ RELATAR ATÉ: 30 / 08 / 2023.



Relator



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
E IDOSOS

REFERÊNCIA :- Projeto de Lei nº 078/2023

INTERESSADO :- Elisângela Mazini Maziero

ASSUNTO :- Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.

RELATOR(A) :- Paulo Sérgio Miquelin

I – Relatório:

O projeto ora em análise é de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero, foi apresentado em Plenário na sessão do dia 21 de agosto de 2023, sendo encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosos, na mesma data.

O referido projeto trata da alteração da Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.

II – Voto único do Relator

O projeto em análise foi amplamente debatido em reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosos, no dia 21 de agosto de 2023. Crucial informar que não há vício de iniciativa, sendo prerrogativa de Estados e Municípios autonomia para implementação de novas formas de parceria.



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Ademais, a alteração proposta, com a redução do prazo para a declaração de utilidade pública e interesse social de três anos para um ano, agiliza o procedimento a fim de promover o bem-estar do munícipe e atender ao interesse público.

Dessa forma, todos os membros das Comissões se mostraram favoráveis à propositura, com decisão unânime. Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 078/2023, que Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014..

Sala das Comissões Permanentes José Luiz Cominato, 4 de setembro de 2023.


Relator – Vereador Paulo Sérgio Miquelin



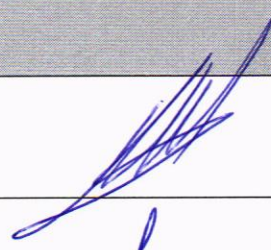

Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

FAVORÁVEL (acompanha o relator)	DESFAVORÁVEL (oferece voto em separado)
	

Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

FAVORÁVEL (acompanha o relator)	DESFAVORÁVEL (oferece voto em separado)
	
	



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO Nº 181/2023

PROJETO DE LEI Nº 078/2023

REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIA

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

A propositura trata de projeto de lei protocolado em 21 de agosto de 2023, de iniciativa da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, que “Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.”

Assim, encaminho esta propositura para Parecer Jurídico para análise de Regimentalidade, Legalidade e Constitucionalidade e para embasar a discussão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Câmara Municipal de Mococa, 31 de agosto de 2023.

Rosa Carolina Negzini da Costa

Analista Legislativo



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

DATA DE RECEBIMENTO: 31 / 8 / 2023.

Donato César Almeida Teixeira
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618

Após a devida análise e feitas as considerações necessárias, encaminho o parecer jurídico solicitado para os fins que especifica. Informo ainda que a entrega se deu na data de 4 / 9 / 2023.

Donato César Almeida Teixeira
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO Nº 78/2023

REFERÊNCIAS:	<i>Organizações do Terceiro Setor. Utilidade Pública. Competência. Interesse Local.</i>
INTERESSADOS:	Vereadores.

Trata-se de consulta escrita acerca da viabilidade jurídica do projeto de lei nº 78/2023, de autoria da vereadora Elisângela Mazini Maziero. A proposição altera a Lei nº 4.458/2014.

Sucintamente, passo a responder:

Preliminarmente, é importante destacar que o projeto altera os requisitos para a declaração de utilidade pública e interesse social do Município de Mococa. Sua nova redação, passa a ser a seguinte:

“Art. 1º. – As entidades, sociedades civis, associações e fundações que atuem no âmbito do Município somente poderão ser declaradas de utilidade pública e interesse social se comprovados os seguintes requisitos:

b) Que se encontrem em efetivo funcionamento, no âmbito do Município, há pelo menos um ano;”

Assim, o prazo que atualmente está em vigor (três anos), fica reduzido para um. Desse modo, salienta-se que a redução agiliza o processo para declaração de utilidade pública das entidades do terceiro setor, possibilitando que possuam uma carência significativamente mais baixa para obterem o título.

Destarte, ressalta-se que a obtenção do status de utilidade pública pode proporcionar diversos benefícios para uma organização, uma vez que essa designação reconhece sua importância na promoção do bem-estar da sociedade. Nesse sentido, pode-se citar, como exemplo, o acesso a financiamentos públicos e a credibilidade e confiança pública.

Sob essa ótica, o professor Hely Lopes Meirelles assevera que a qualificação de entidade privada em organização social, ou de utilidade pública, é ato discricionário e realizado sob o prisma de contrato de gestão, por se tratar de um acordo operacional entre a Administração e a entidade privada.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Ademais, a Constituição Federal de 1988 deixou consignado aos municípios a competência de legislar acerca de assuntos de interesse local (art. 30, I), o que se enquadra no caso em pauta, já que as organizações ora citadas desempenham papel importante na senda municipal.

Nessa perspectiva, Hely Lopes Meirelles¹ leciona:

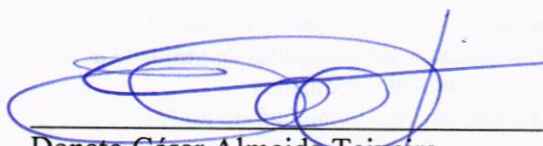
“Estados e Municípios, se quiserem se utilizar dessa nova forma de parceria na sua administração (contrato de gestão), deverão aprovar suas próprias leis. Trata-se de matéria de prestação de serviços, e, por conseguinte, de competência da respectiva entidade estatal.”

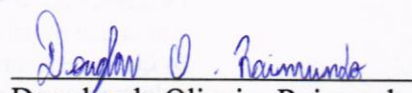
Portanto, os Estados e Município possuem autonomia para implementação de novas formas de parcerias e, dessa forma, alterar os requisitos para sua concessão não constitui vício.

Por fim, considerando o que foi supracitado, não há óbices quanto ao prosseguimento da propositura.

São as considerações que submeto à apreciação.

Mococa, 4 de setembro de 2023.


Donato César Almeida Teixeira
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618


Douglas de Oliveira Raimundo
Estagiário

¹ Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2006, p. 384.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

Mococa, 11 de setembro de 2023.

OFÍCIO Nº 181/2023/CMM/GAB

A Sua Excelência o Senhor
Eduardo Ribeiro Barison
Prefeito Municipal de Mococa
Praça Marechal Deodoro, nº 44
13.730-047 Mococa-SP

Assunto: Autógrafos de projetos de leis aprovados

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Anexamos, para as devidas providências, o expediente aprovado por esta Casa de Leis, em Sessão, constando de:

1. Autógrafo nº 097/2023, referente ao Projeto de Lei nº 022/2023, de autoria do Vereador Nilton César Gregghi, que “Dispõe sobre a regulamentação da “Feira Livre da Agricultura Familiar Noturna do Município de Mococa” e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária *com emenda* no dia 11 de setembro de 2023.
2. Autógrafo nº 098/2023, referente ao Projeto de Lei nº 078/2023, de autoria da Vereadora Elisângela Mazini Maziero Breganoli, que “Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.
3. Autógrafo nº 099/2023, referente ao Projeto de Lei nº 079/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Institui o Plano Diretor de Turismo de Mococa e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária com emenda no dia 11 de setembro de 2023.
4. Autógrafo nº 100/2023, referente ao Projeto de Lei nº 083/2023, de autoria do Vereador José Roberto Pereira, que “Altera dispositivos da Lei nº 3.606, de 10 de maio de 2006, que institui o “Dia Municipal do Nordeste” no Calendário Oficial do Município de Mococa.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

5. Autógrafo nº 101/2023, referente ao Projeto de Lei nº 065/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.”, aprovado em sessão extraordinária no dia 11 de setembro de 2023.

6. Autógrafo nº 102/2023, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 034/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre a conversão da Concessão de Direito Real de Uso em Doação, com base na Lei 4.938, de 23 de novembro de 2021, para a Empresa Patrícia Carolina Camargo Montanini.”, aprovado em sessão extraordinária no dia 11 de setembro de 2023.

7. Autógrafo nº 103/2023, referente ao Projeto de Lei nº 085/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre as Políticas Públicas de Juventude, cria o Conselho Municipal de Juventude, o Plano Municipal de Juventude, a Conferência Municipal de Juventude, institui o Fundo Municipal da Juventude e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.

8. Autógrafo nº 104/2023, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 037/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Dispõe sobre autorização para realizar pagamentos de assistência financeira complementar em cumprimento à Emenda Constitucional nº 124, de 14 de julho de 2022 e da Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, aos profissionais ocupantes dos cargos e empregos públicos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, mediante repasse financeiro da União, e dá outras providências.”, aprovado em sessão extraordinária **com emenda** no dia 11 de setembro de 2023.

9. Autógrafo nº 105/2023, referente ao Projeto de Lei nº 087/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Autoriza a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.”, aprovado em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2023.

Comunico também que foi aprovado, em 11 de setembro de 2023, o orçamento da Câmara Municipal de Mococa para 2024, mediante a aprovação do Projeto de Resolução nº 012/2023, que resultou na Resolução nº 09, de 11 de setembro de 2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa, que “Fixa a receita e estima a despesa para o exercício financeiro de 2024, no âmbito do Poder Legislativo.”. O texto da Resolução nº 09/2023 será publicado na Edição do Diário Oficial de 12 de setembro, e encontra-se em anexo, assinado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

PODER LEGISLATIVO

pelos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mococa, de forma a subsidiar a
feitura do Projeto de Lei do Orçamento Municipal (LOA 2024).

Atenciosamente,

GUILHERME DE SOUZA GOMES

Presidente


Wilma Ferraccioli
Assessora de Gestão



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

AUTÓGRAFO Nº 098/2023
PROJETO DE LEI Nº 078/2023

“Altera a Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014.”

Art. 1º - A Lei nº 4.458, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

.....”

b) Que se encontrem em efetivo funcionamento, no âmbito do Município, há pelo menos um ano;”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mococa, 11 de setembro de 2023.


GUILHERME DE SOUZA GOMES

Presidente


PAULO SÉRGIO MIQUELIN

1º secretário


ADRIANA PERIANEZ RUIZ

2ª secretária